

Práxis política no MST: uma leitura a partir de Vigotski e Gramsci

Leandro Amorim Rosa¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP – Brasil

Ana Paula Soares da Silva

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP – Brasil

Resumo: O artigo² objetiva contribuir com o campo de estudos da participação política desde uma perspectiva materialista dialética, mais especificamente, tendo como referência a psicologia vigotskiana e o pensamento gramsciano. As categorias para o desenvolvimento da proposta são: práxis política, drama e catarse. O texto baseia-se em uma pesquisa de mestrado realizada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ribeirão Preto (SP). Dialoga com a construção teórica o *corpus* empírico produzido a partir de entrevistas individuais semiestruturadas com quatro militantes do movimento. A análise do *corpus* aponta para o entendimento da práxis política como uma forma específica de participação política, um processo complexo que articula diferentes esferas sociais e subjetivas. O envolvimento com o movimento social é interpretado como um processo de catarse, no qual ocorre uma reorganização do drama subjetivo dos sujeitos, em seus aspectos cognitivos, afetivos e volitivos.

Palavras-chave: participação política; Vigotski; Gramsci; catarse; MST.

POLITICAL PRAXIS IN MST: CONTRIBUTIONS FROM VIGOTSKI AND GRAMSCI

Abstract: The article aims to contribute to the political participation field of study from a materialist dialectical perspective, more specifically, with reference to the Vigotskian psychology and the Gramscian thought. The categories for the development of the proposal are: political praxis, drama and catharsis. The text is based on a research conducted with the “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) in Ribeirão Preto (SP). The theoretical construct dialogues with the empirical corpus created from semi-structured individual interviews with four (4) militants of the social movement. The corpus analysis argues that the political praxis is understood as a specific form of political participation, a complex process that articulates different social and subjective dimensions. The involvement with the social movement is interpreted as a cathartic process in which there is a reorganization of the subjective drama of the subjects, in their cognitive, affective and volitional aspects.

Keywords: political participation; Vigotski; Gramsci; catharsis; MST.

PRAXIS POLÍTICA EN EL MST: CONTRIBUCIONES DE VIGOTSKI Y GRAMSCI

Resumen: El artículo tiene como objetivo contribuir al campo de estudio de la participación política desde una perspectiva materialista dialéctica, más concretamente, sobre la base de la psicología de Vigotski y el pensamiento gramsciano. Las categorías para el desarrollo de la propuesta son: la praxis política, el drama y la catarsis. El texto se basa

¹ **Endereço para correspondência:** Leandro Amorim Rosa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo – SP – Brasil. CEP: 05014-901. E-mail: psi_doug@yahoo.com.br.

² Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp) o apoio financeiro à pesquisa que resultou neste artigo.

en una investigación realizada con el “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) in Ribeirão Preto (SP). Los constructos teóricos dialogan con el corpus empírico creado a partir de entrevistas semiestructuradas individuales con cuatro (4) militantes del movimiento social. El análisis de corpus sostiene la praxis política como una forma específica de participación política, un proceso complejo que articula diferentes dimensiones sociales y subjetivas. La participación en el movimiento social se interpreta como un proceso catártico en el que hay una reorganización del drama subjetiva de los sujetos, en sus aspectos cognitivos, afectivos y volitivos.

Palabras clave: participación política; Vigotski; Gramsci; catarsis; MST.

Um dos conceitos recorrentes nos estudos da relação dos sujeitos com os movimentos sociais abordado a partir de múltiplos referenciais teóricos em diferentes disciplinas (Sabucedo, 1996; Alonso, 2009; Gohn, 1997) é a participação política.

O presente artigo objetiva contribuir com o conjunto de formulações sobre esse conceito na Psicologia, apresentando uma proposta de compreensão da participação política desde uma perspectiva do materialismo dialético, mais particularmente, das construções teóricas de Lev S. Vigotski e Antonio Gramsci. A proposta teórica vem sendo desenvolvida a partir da investigação da participação política de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social que, depois de trinta anos de existência, ainda é considerado um dos mais importantes da América Latina, por seu repertório de ação (ocupações e grandes marchas pelo país), pelo destaque na mídia, por sua organização e pela relevância no debate da questão agrária (Fernandes, 2000).

Os dois autores que apoiam nossa formulação partilham da mesma matriz teórica e epistemológica que os inspirou na compreensão de processos psicológicos e políticos, orientados pelo olhar da totalidade em contraposição à fragmentação e pela consideração da complexidade em oposição a explicações lineares ou determinísticas.

Nessa vertente, Vigotski e Gramsci se destacam por serem críticos a posições mecanicistas e/ou economicistas por vezes relacionadas ao materialismo dialético. Vigotski propõe um processo de construção da subjetividade imerso na materialidade histórica, mas não deixa de considerar a importância do potencial criativo e ativo do humano (Sawaia, 2007), assim como o caráter gerador da subjetividade (González Rey, 2012). Por sua vez, Gramsci traz para o centro da discussão marxista elementos políticos e culturais, e escreve sobre a importância de se “enterrar” as concepções fatalistas da Filosofia da Praxis (Coutinho, 2007). A articulação desses autores permite abordar, no processo da participação política, elementos políticos e sociológicos e, ao mesmo tempo e de forma não dicotômica, a perspectiva do sujeito e da subjetividade. Cabe mencionar que a aposta na articulação desses dois teóricos, para a compreensão de outras temáticas, vem sendo feita por outros autores contemporâneos (Mendonça, Silva, & Miller, 2009; Colucci, 1999). Para Ghio (2012), a concepção de sujeito defendida por Vigotski possui grande coerência com os escritos gramscianos sobre a personalidade e a constituição dos indivíduos. Segundo Ragazzini (2005), existem indícios de que Gramsci possa ter entrado em contato com as ideias de Vigotski.

Neste texto, apresentaremos nossa proposta sobre participação política recorrendo a três categorias desses autores: práxis política, drama e “catarse”.

A partir das contribuições de Gramsci (2007; Coutinho, 2007), a política passa a ser entendida em sentido estendido, ou seja, como um elemento constituinte de toda práxis humana: todas as relações humanas estariam necessariamente perpassadas por uma dimensão política; a participação política seria intrínseca a esses processos, inevitável, sendo ela ativa ou passiva, intencional ou não. Esta abordagem da política como uma dimensão de todas as ações humanas e a consequente expansão do conceito de participação política, se, por um lado, valoriza e coloca em destaque a política na compreensão dos processos de interação humana, por outro, requer desdobramentos como forma de não esvaziar ou diluir seu conteúdo a ponto de perder sua instrumentalidade para a análise da participação dos sujeitos em diferentes processos e dinâmicas sociais. Temos defendido que, dentre a diversidade dos modos de participação política, em diferentes esferas da vida social e relacional dos sujeitos, um específico seria a práxis política. Diferentemente das formas de participação passivas ou não intencionais, a práxis política passa a ser compreendida como uma atividade prática consciente, na qual o sujeito tem como objetivo a intervenção – transformadora ou conservadora – no homem como ser social, ou seja, nas relações sociais, econômicas e/ou políticas. A práxis política, por sua vez, tem uma dupla expressão, podendo ser manifesta em sentido amplo ou em sentido restrito. No sentido ampliado, há que considerar a práxis política em qualquer esfera da sociedade, nas escalas relativas às relações interpessoais, às relações comunitárias e familiares e às dinâmicas entre Estados. No sentido restrito, a práxis política se dá quando o Estado ou governo é o alvo e/ou o meio pelo qual o(s) sujeito(s) (individuais ou coletivos) realiza(m) intervenções nas relações econômicas, políticas e/ou sociais (Rosa & Silva, 2015).

Pela colaboração vigotskiana, temos experimentado as potencialidades do conceito de drama. Baseado em Politzer (1998), ao defender a organização dramática da subjetividade humana (personalidade, nas palavras do autor), Vigotski (2000) propõe uma relação não fixa ou hierárquica entre os papéis que as funções psicológicas superiores desempenham em determinada subjetividade, em especial, entre a razão e a emoção. Tal relação e o resultado desse jogo entre razão e emoção seriam construídos a partir das vivências sociais de cada sujeito em seu contexto específico. O drama é composto dialeticamente por sentidos – constituídos por elementos cognitivos, afetivos e volitivos – que, antes de simples interiorização, são a conversão de relações sociais concretas para a esfera subjetiva (Pino, 2005). Nesse processo, os dramas e as tensões sociais ocupariam posição de constituição na personalidade. A categoria drama, plena de complexidade e relações, força-nos a entender a participação política como um processo no qual várias dimensões subjetivas estão articuladas entre si e à realidade social na qual o sujeito está imerso. Em especial, a articulação entre elementos cognitivos e afetivos abre um campo de possibilidades para entender a participação política como uma unidade complexa (Silva, 2003), a evitar reducionismos cognitivistas ou de cunho emocional.

Por sua vez, a categoria “catarse” refere-se a um processo vivenciado pelos sujeitos na trama de sua constituição política. Gramsci (citado por Coutinho, 2011, p. 192) escreve:

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

Temos proposto a “catarse” como processo no qual os sujeitos (individuais e coletivos) passam por uma reorganização de seus dramas subjetivos, ensejada a partir das contradições existentes em sua organização atual. Essa reorganização é produtora de uma nova participação política que transita da forma passiva para a intervenção intencional no sujeito como ser social; produz-se, nesse processo, a práxis política. A dimensão subjetiva é permeada por sentidos e significados e se dá pela indissociabilidade de processos cognitivos, afetivos e volitivos no drama subjetivo. A subjetividade é aqui entendida como produção elaborada pelo sujeito a partir de suas vivências concretas em um contexto sócio-histórico-cultural específico, compondo-se de forma dramática (Vigotski, 2000). A práxis política resulta uma atividade objetiva, prática, orientada subjetivamente e, portanto, dramática.

Tanto Gramsci (citado por Coutinho, 2007) como Vigotski (2004) defendem que os fenômenos a serem estudados por eles – aqui especificamente a política e a psique humana – devem ser vistos como processos em constante transformação e desenvolvimento. Como autores que incorporam o movimento como uma das categorias da dialética, eles nos ajudam a construir uma chave de leitura que compreende a práxis política, o drama e a catarse de forma dinâmica e não estática, ou seja, como processos e não como objetos acabados ou produtos. Procuraremos evidenciar tais processos e seus movimentos em diálogo com o *corpus* empírico produzido na pesquisa com militantes do MST.

Método

Participantes

A pesquisa da qual resulta este artigo foi realizada no assentamento Mário Lago localizado no município de Ribeirão Preto (SP), estado de São Paulo. Participaram da pesquisa quatro membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – dois homens e duas mulheres – residentes no assentamento. Parte dos entrevistados esteve no movimento desde a ocupação da área, em 2003, o que significa que vivenciaram a fase de acampamento, as disputas políticas e jurídicas que culminaram no decreto presidencial de desapropriação para fins de reforma agrária, as lutas pelas melhorias das condições do assentamento e a construção coletiva do modelo de produção agrícola.

la do local. Os participantes da pesquisa possuíam vínculo com o setor de educação do movimento, no qual os pesquisadores desenvolveram um projeto de extensão por aproximadamente cinco anos. Os entrevistados foram aqueles que demonstravam maior engajamento nas atividades do MST e nas atividades do projeto de extensão e que possuíam disponibilidade para realizar as entrevistas referentes ao trabalho. Eles foram identificados na pesquisa por nomes fictícios: Maria, Elis, Lúcio e Geraldo.

Procedimento

O *corpus* da pesquisa foi construído por meio de entrevistas semiestruturadas divididas em duas etapas, sendo ambas audiogravadas e transcritas de modo a preservar o máximo possível a literalidade. Todos os sujeitos foram entrevistados duas vezes.

Na primeira etapa, solicitava-se ao sujeito, depois da leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o aceite em participar da pesquisa, que contasse a sua história de vida e seu processo de entrada no MST. Alguns aspectos relacionados à participação política eram aprofundados durante o discurso dos sujeitos. A partir da leitura das transcrições, foi elaborado um roteiro para a segunda etapa das entrevistas, que teve como mote a necessidade de maior aprofundamento em algumas questões relacionadas especificamente à participação política dos sujeitos. Foram formuladas questões abertas, gerais e específicas, ou seja, o roteiro da segunda etapa possuía em sua maioria perguntas que foram feitas a todos os sujeitos, mas também havia questões que eram realizadas a apenas algum sujeito em particular.

As entrevistas foram construídas e analisadas a partir do entendimento de que se caracterizam como artefatos científicos para a constituição conjunta dos sentidos e significados sobre o fenômeno investigado, sendo as narrativas dos sujeitos parte do processo interativo entre pesquisador e participantes (Silva, 2003). Os resultados são apresentados segundo os seguintes eixos: processo de entrada no movimento social de luta pela reforma agrária; processos de potencialização da práxis política; e, por fim, mudanças, pelas quais os sujeitos passaram, ligadas à sua participação no movimento, ou seja, práxis política transformadora da subjetividade. Embora esses tópicos se relacionem e interseccionem, a divisão proposta objetiva a melhor apreensão da análise.

Resultado

Processo de entrada no movimento social de luta pela reforma agrária

Elis: As pessoas, a maioria delas entra pra adquirir a terra. Adquirir um bem pra você. Mas aí depois com tantas palestras, com tantas reuniões, com tantas atividades que participam, aí começam a se apaixonar. Eu acho que é isso... Comigo foi desse jeito.

Nos diversos relatos de nossos sujeitos, representados aqui pela fala de Elis, a grande motivação inicial que aparece na explicação da aproximação ao MST foi, de forma geral, a possibilidade de obter um pedaço de terra e melhores condições de vida para

sua família. Esse interesse originário, desprovido de uma intencionalidade política transformadora da realidade social, aos poucos se articula com outros aspectos da vivência dos sujeitos. A esse benefício econômico vinculam-se outras necessidades, inclusive afetivas, construídas no processo de engajamento no movimento e, conseqüentemente, de sua participação política nesse contexto.

Acompanham essa mudança de necessidades e de desejos os modos como os sujeitos relatam a grande transformação na própria concepção sobre o MST. As descrições sobre essas concepções, antes da entrada no movimento, são carregadas de qualitativos como "ladrões", "baderneiros", "vagabundos" e até "assassinos". Nos relatos sobre suas concepções atuais, Geraldo entende o MST como uma organização com poder de transformar vidas para melhor; Elis defende que o movimento luta por diversas causas em favor dos mais pobres; Lúcio o define como um pai carinhoso; Maria vê os sem-terra como sua família. Expressões carregadas de uma avaliação do papel crítico do Movimento e, ao mesmo tempo, afetivo e acolhedor. Esse processo de transformação que os move da posição de avaliação extremamente negativa dos membros do MST em direção a se tornar um deles acontece por meio de diferentes experiências afetivo-cognitivas. Os sentidos sobre o movimento começaram a ser alterados, segundo os entrevistados, ainda nos momentos que precedem a decisão sobre participar no movimento, pela mediação feita em contatos com alguns assentados e com militantes do MST. Segundo os relatos, mesmo diante de severas necessidades materiais, foram os processos de resignificação sobre o movimento que deram força à decisão de juntar-se aos acampados. Nesse jogo, ao se integrarem ao Movimento, ocorre a reorganização do drama subjetivo, em suas diversas dimensões e contradições inerentes.

Maria: Então aí é quando você entra na política do MST, por quê? Porque é uma necessidade também, que você não sabia que você tinha essa necessidade, né? E a partir do momento que você tá lá com a participação vai entender que há uma necessidade.

A construção da relação dos sujeitos com as pautas do MST só se configura como uma intenção, uma vontade de participação e um engajamento nas frentes do Movimento por meio das vivências nas diversas ações do MST. Maria descobriu e construiu, no MST, necessidades que não sabia que existiam. Ela fala de como, além da necessidade de ter uma terra para morar e produzir, há também a "necessidade da luta, da política". A decisão de participação leva a uma ação cotidiana no Movimento que, por sua vez, faz descobrir outras necessidades não imediatamente ligadas à motivação original de aquisição de um pedaço de terra, ampliando os sentidos dos sujeitos sobre o mundo e sobre si mesmo. Esse processo político carrega uma experiência com potencial (auto)reflexivo, e nos acena para a vivência da "catarse". Maria descreve seu processo orientado por ações determinadas prioritariamente pela causalidade econômica (momento egoísta-passional) a ações gradativamente pautadas pela teleologia política (momento ético-político). Esse movimento catártico identifica-se com a alteração

em sua práxis política. Maria passa de momentos de participação política predominantemente passivos, e até mesmo não intencionais, para uma participação progressivamente ativa, refletida e intencional, ou seja, para o exercício da práxis política. Ela nos relata, na entrevista, o envolvimento com o grupo que organiza atividades para as crianças no assentamento e que também lidera as reivindicações relativas à educação. Maria agora pensa em metas voltadas para um conjunto mais amplo de sua comunidade e não apenas restritas a ganhos circunscritos ao seu núcleo familiar. Sua práxis política não se configura como algo acabado, mas se desenvolve à medida de sua participação no movimento. A consciência política, que poderia ser reivindicada como uma causa ou motor para a práxis política, é, antes disso, um processo potencializado pela participação; isso indicia uma coconstrução entre consciência e práxis política, sem necessária relação de hierarquia ou anterioridade.

Processos de potencialização da práxis política

Maria: Fora do assentamento me tratavam assim como se fosse irresponsável, sabe? Por ter as crianças [nove filhos]. Ai... ah era muita coisa que falavam: “Ah isso você não pode. Ah você não vai conseguir” [...]. No acampamento não. Eles diziam: “Você vem, você vai conseguir [...]”. Ai que bom uma família grande aqui. É isso que a gente precisa. A gente quer bastante criança aqui” [...]. Eu sentia o amor das pessoas, né?

Lúcio: Hoje eu já não me sinto mais analfabeto, eu não me sinto analfabeto.

Maria e Lúcio relatam uma trajetória de discriminação que perpassa grande parte de suas vidas. Maria relaciona esse processo principalmente à sua condição materna derivada da quantidade de filhos que possui, enquanto Lúcio o relaciona ao seu analfabetismo. Nas entrevistas, podemos perceber como, no movimento social, Maria e Lúcio encontraram um espaço no qual conseguiram superar suas trajetórias de discriminação. Maria, em vez de ser vista como alguém “sem prestígio” ou “sem juízo”, é valorizada pela quantidade de pessoas que a família agrega ao movimento e interpreta essa acolhida como um gesto de amor da comunidade. Lúcio, por sua vez, é valorizado e incentivado pelos companheiros e se torna um líder no setor de educação do assentamento, o que o faz ressignificar o sentido de si mesmo e sua identificação como analfabeto.

Esses sujeitos não iniciaram a participação no MST pela busca por um local onde pudessem ser tratados com mais respeito e afeto. No entanto, ao vivenciarem o movimento suprindo essa reivindicação latente – “uma outra necessidade descoberta” –, eles se engajaram com maior comprometimento, persistência e profundidade nas atividades do assentamento, assumindo para si mesmos os discursos do Movimento sobre a injustiça da concentração da terra e a necessidade de transformação social. Assim, para esses sujeitos, a práxis política foi potencializada e mantida graças a diversos elementos que compõem seus dramas subjetivos. Nesse caso, evidenciam-se aspectos

relacionados à superação de uma condição de discriminação e segregação social e à mudança de seus papéis sociais. Se momentos de aprendizado e reflexão coletiva foram importantes na construção de sua práxis política, elementos de cunho evidentemente afetivo (respeito, carinho, amor) parecem desempenhar um especial papel nos movimentos catárticos vivenciados por esses sujeitos e nos contornos de sua práxis política. Se isso é verdade, haveríamos que necessariamente abordar a práxis política a partir de um referencial de subjetividade que busque articular dimensões cognitivas e afetivas, assim como a diversidade de vivências dos sujeitos.

Práxis política transformadora de subjetividade

Há vários trechos das entrevistas que relatam como a participação no movimento social alterou aspectos importantes da subjetividade de nossos participantes. Geraldo relata sobre os ganhos econômicos e os conhecimentos adquiridos na luta. Para o entrevistado, o conhecimento político que sua práxis lhe proporcionou “está à frente” até mesmo dos ganhos econômicos.

Segundo nossos entrevistados, o encontro com o MST e seus membros os afetou no sentido de aumentar suas potências. Os processos catárticos vivenciados no movimento se relacionam com o aumento de potência referente à participação política, mas também à subjetividade como um todo.

Lúcio: Eu sou o Lula! (risos) Eu sou o Lula.

Lúcio utiliza a trajetória do ex-presidente “Lula” para falar de si, pela metáfora daquele que, de uma posição inferiorizada, realiza conquistas pessoais; nesse processo, transforma-se. O entrevistado, que antes se sentia uma vítima dos mais diversos preconceitos, se vê agora como alguém de grandes capacidades e prestígio que, por meio de seu esforço e coragem, conseguiu “ser alguém da vida”.

Maria: [...] eu me sentia assim como um cachorro sem dono [...]. Hoje eu não penso assim não, eu penso no meu valor, na minha capacidade. Que eu sou mulher. Que eu sou uma peça rara. Que eu sou uma joia (risos) [...]. Se eu não fizesse o que eu faço [militância], eu nem sei como eu tava hoje. Talvez eu tava uma pessoa aí cheia de depressão, cheia, cheia de muita coisa negativa, sabe? E hoje assim, graças a Deus, minha luta eu faço com amor, gosto.

A passagem de Maria de “cachorro sem dono” a “peça rara” ou “joia” indica uma condição em que o movimento de aprofundamento da práxis política permitido pelas suas vivências aumentou a potência de Maria não apenas como militante, mas, em sua totalidade. Em outra publicação (Rosa & Silva, 2015), exploramos com mais detalhes o processo vivido por Maria. A entrevistada relata em outros trechos como a sua participação no movimento se relaciona a uma postura mais autônoma e ativa não apenas em espaços e ações do MST, mas também em relação ao seu marido, e até mesmo ao

pastor de sua igreja. A participante chega a hipotetizar que a sua participação no MST está ligada à manutenção de sua saúde mental.

As mudanças relatadas por Maria e Lúcio não podem ser entendidas apenas no domínio da dimensão intrasubjetiva ou da consciência política. Também não podem ser circunscritas a um papel específico (militante) por eles desempenhado. Elas abarcam, de diferentes formas e intensidades, a totalidade do drama subjetivo dos entrevistados, dos seus papéis sociais desempenhados e das relações entre eles. Evidencia-se aqui uma relação na qual práxis política e o drama subjetivo se influenciam e articulam dialeticamente.

Para encerrar, Geraldo sintetiza o elemento da utopia na participação e na práxis política.

Geraldo: Eu acho que é assim... todos nós temos um sonho, todos. Todos têm a vontade, têm o sonho e têm as necessidades também, então a partir dessas coisas aí você começa a participar.

Para Geraldo, a participação é movida por necessidades e sonhos. No caso dos participantes, ela parece ser composta de duplas faces: necessidades/sonhos; objetividade/subjetividade; causalidade/teleologia. A “causalidade” das necessidades objetivas está sempre em negociação com teleologia dos projetos que sonhamos materializar na realidade. Dimensões objetivas e subjetivas dialogam durante todo o processo de participação, de práxis política e de sonhar a realidade.

Discussão

Consideramos que a aposta teórica na articulação entre Gramsci e Vigotski encontra fôlego e alimento a partir das vivências relatadas pelos militantes do MST; ao mesmo tempo ajuda a compreender os relatos de suas vidas como complexidades de difícil redução. O conceito de práxis política, tal como proposto e acompanhado no relato de sujeitos concretos, qualifica-se com articulação da categoria “catarse” gramsciana à psicologia histórico-cultural. Tomamos a “catarse” como um processo, com avanços e retrocessos, pelo qual um sujeito passa durante suas vivências, e não como apenas um momento único de salto qualitativo. Nosso material nos permite dizer que a passagem de momentos predominantemente egoísta-passionais para momentos predominantemente ético-políticos ocorre processualmente dentro e no jogo complexo das possibilidades históricas e sociais concretas envolvendo transformações nas mais diversas esferas da subjetividade: afetiva, cognitiva, volitiva etc. Essa passagem se relaciona à reconfiguração de sentidos e papéis ligados aos diferentes campos da vida, ou seja, ela não se limita à vida política em sentido restrito. Ela se relaciona à totalidade das vivências do sujeito e à sua dimensão política em sentido amplo. É por meio da “catarse” que o sujeito supera a causalidade econômica e alcança a teleologia política. Não mais se limita à passividade de uma participação política inerente à vida social, mas desenvolve uma participação ativa, a práxis política; passa a

refletir sobre os condicionantes de sua situação de vida e as transformações de si mesmo, assim como sobre as relações e as desigualdades sociais. Deixa de ser apenas escravo das necessidades presentes e passa a ser também agente de projetos futuros, principalmente, enxerga-se como esse agente.

Compreendemos a práxis política como um processo em contínuo movimento e transformação. Esse processo possui uma pré-história, ou seja, mesmo antes de ele se manifestar de fato, já existem elementos na vida dos sujeitos que compõem o desenvolvimento de sua práxis política. Particularidades materiais e simbólicas da vida dos sujeitos fazem emergir suas práxis políticas, as quais serão configuradas, a partir de então, de acordo com as suas vivências. Vivências essas relacionadas diretamente à militância no MST, mas também fundamentalmente ligadas a outros campos da vida: família, trabalho, religião etc. Os papéis desempenhados em cada um desses campos se entrelaçam com o papel de militante, em movimentos de tensão e competição, de colaboração ou cooperação. Nesse processo, em sua totalidade, não há uma esfera da vida ou uma dimensão específica da subjetividade que isoladamente possa explicar a práxis política; ela se mostra como um fenômeno que perpassa o sujeito integral.

Depois de uma alteração nos sentidos iniciais relacionados ao MST, os entrevistados entram no movimento prioritariamente a partir da pauta da luta pela terra. No entanto, a permanência e o aprofundamento na participação não podem ser explicados apenas por esse elemento. Nos relatos, é possível perceber como reivindicações latentes – não manifestas no primeiro momento – foram importantes na história da práxis política dos sujeitos. Reivindicações essas que se caracterizaram como muito diversas e específicas a cada participante: sentir que sua família é aceita socialmente (Maria); tornar-se alguém na vida (Lúcio); ajudar quem necessita ainda mais (Elis); e entender a dinâmica social (Geraldo). Destaca-se aqui a importante função que elementos afetivos/emocionais desempenharam nesse processo. Alguns dos entrevistados relatam inclusive o quanto sentem que a práxis política foi (e ainda é) importante para a manutenção de sua saúde mental. Entendemos que a categoria drama, ao articular dialeticamente dimensões subjetivas e a realidade social dos sujeitos, detém grande potencial analítico para a abordagem da totalidade que compõe a participação e a práxis política. Podemos dizer que esses processos se dão na encruzilhada entre universalidades e singularidades, entre objetividades e subjetividades.

Buscamos evidenciar os processos de mudança pelos quais os sujeitos passaram. Mudanças nos âmbitos mais diversos. Abordamos em especial as mudanças nos sentidos produzidos por nossos participantes sobre seus processos de participação e práxis política. Percebemos que as mudanças possíveis na configuração dos sentidos, nos dramas subjetivos, se dão a partir das contradições existentes na constituição de cada um deles. As pessoas não são apenas um mar de conformismo e alienação, mas possuem também potenciais críticos advindos da experiência cotidiana e das contradições sociais a ela inerentes. É em tais potenciais que reside a possibilidade de mudança de sentidos.

Por fim, parece-nos pouco adequada a busca por uma práxis política abstrata, genérica. Quem luta politicamente sempre o faz em determinadas condições e com determinados objetivos. Nesse sentido, lutar é verbo transitivo. Exige complemento. As pessoas não lutam simplesmente. Lutamos sempre por algo, com alguém, em determinado contexto. A práxis política é querer intervir em uma dada realidade. O objetivo, o projeto, dessa intervenção deve ter centralidade no estudo da práxis. A vontade de se materializar na realidade aquilo que ainda não existe, mas se crê possível, pode ser compreendida como o motor da práxis política. O material produzido na pesquisa, em diálogo com as contribuições de Vigotski e Gramsci, revela, enfim, que talvez o foco prioritário para o entendimento da práxis política não seja apenas o poder ou a dominação, mas sua complexa interação com os desejos e sonhos, na subjetividade dramática de cada pessoa.

Referências

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, 49-86.
- Colucci, F. P. (1999). The relevance to psychology of Antonio Gramsci's ideas on activity and common sense. In Y. Engeström (Ed.). *Perspectives on Activity Theory* (pp. 147-164). New York: Cambridge University Press.
- Coutinho, C. N. (2007). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coutinho, C. N. (Org.) (2011). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Ghiro, A. (2012). *Gramsci e la Psicologia: Tra patchwork e teoria scientifica*. Padova: Coop. Libreria Editrice Università di Padova.
- Gohn, M. G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- González Rey, F. L. (2012). *O pensamento de Vigotski: contradições, desdobramentos e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec.
- Gramsci, A. (2007). *Quaderni del carcere. Edizione critica dell'Istituto Gramsci* (v. 1-4, Valentino Gerratana (Org.)). Torino: Einaudi.
- Mendonça, S. G. L., Silva, V. P., & Miller, S. (2009). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica.
- Pino, A. (2005). *As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.

- Politzer, G. (1998). *Crítica aos fundamentos da psicologia – a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: Unimep.
- Ragazzini, D. (2005). *Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci*. Campinas: Autores Associados.
- Rosa, L. A., & Silva, A. P. S. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 47-57.
- Sabucedo, J. M. (1996). *Psicologia política*. Madrid: Síntesis.
- Sawaia, B. B. (2007). Teoria laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da psicologia social histórico-humana. *Psicologia & Sociedade*, 19(Edição Especial), 81-89.
- Silva, A. P. S. (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: Construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.
- Vigotski, L. S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Submissão: 30.3.2015
Aceitação: 19.11.2015